



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Processo: nº 26.873/2019-e (d).
Origem: Secretaria de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF.
Assunto: Representação.
Ementa: Representações formuladas pela empresa JM TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA. – JM , com pedido liminar, nos termos das quais se insurge contra supostas irregularidades que estariam sendo cometidas pela Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF ao não efetuar, na íntegra, o pagamento dos valores devidos pela prestação de serviços decorrentes dos Contratos nºs 005/2015 e 008/2015, realizados no período de 1/8/2016 a 30/11/2016.

. Decisão nº 4.229/2019 (peça 17). O TCDF, entre outras deliberações, conheceu das Representações apresentadas pela empresa JM Terraplanagem e Construções Ltda., peças 3 e 6 e determinou à Secretaria de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF que, em 15 (quinze) dias, apresentasse circunstanciados esclarecimentos quanto às supostas ilegalidades/irregularidades levantadas.

. Ingresso de novas representações. Admissibilidade.

. A Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade-SEGEM sugere ao Tribunal, entre outras propostas, conhecer das representações formuladas pela empresa JM TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA. – JM (peças 30 e 33) e determinar à Secretaria de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF que apresente esclarecimentos.

. **VOTO.** Conhecimento das representações e determinação à SODF para manifestação. Devolução dos autos à SEGEM.

RELATÓRIO

Cuidam os autos de representações formuladas pela empresa



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

JM TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA. – JM em face de supostas irregularidades no pagamento de valores devidos pela prestação de serviços decorrentes de contratos firmados entre a aludida empresa e a Secretaria de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF.

O Tribunal, por meio da **Decisão nº 4.229/2019**, deliberou por :

I - nos termos do caput do art. 230 do RI/TCDF, tomar conhecimento das Representações apresentadas pela empresa JM Terraplanagem e Construções Ltda., Peças 3 e 6;

II - determinar à Secretaria de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal - SODF que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente circunstanciados esclarecimentos quanto às supostas ilegalidades/irregularidades levantadas nas peças referidas no item I supra;

III - autorizar: a) a ciência da representante, informando-a de que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush (www.tc.df.gov.br - Espaço do Cidadão - Acompanhamento por e-mail); b) o envio de cópia das citadas peças à jurisdicionada, para subsidiar o atendimento ao item II; c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade - SEGEM, para os devidos fins”.

Em atendimento ao deliberado pela Corte de Contas, a Secretaria de Obras, por meio do Ofício SEI-GDF Nº 2032/2019 - SODF/GAB/ASSESP e anexos, encaminhou os seus esclarecimentos.

Após, a empresa representante encaminhou novos documentos contendo elementos adicionais às suas representações .

Antes da análise de mérito das representações iniciais, a **JM TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA. – JM** protocolizou nova Representação neste Tribunal, com outras solicitações.

Nesta fase processual, cuida-se da análise de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

admissibilidade das representações.

. A Unidade Técnica, nos termos da Informação nº 20/2020
- SEGEM/DIGEM2 (peça 34), apresentou a seguinte síntese:

"I. TEOR DA REPRESENTAÇÃO (peças 30 e 33)

6. Ressalta-que, assim como na fase inicial deste processo, apresentaram-se duas peças, sobre fatos idênticos, conforme reconhece a própria Empresa, diferenciando-se apenas quanto aos ajustes, sendo uma referente ao Contrato nº 005/2015 - Lote 74 e outra ao Contrato nº 008/2015 - Lote 15 .

7. Diante isso, compreende-se que ambas as Representações podem ser tratadas como uma única peça.

8. Em síntese, a Representante alega irregularidades nos procedimentos da Secretaria de Obras, acerca de glosas efetuadas no contrato, referentes ao item "Administração Local".

9. Entende-se conveniente trazer alguns excertos da Representação, sobre a referida alegação:

(...) É imperioso destacar que toda a execução de uma obra pública pelo particular requer o trabalho conjunto da comunidade local, do gestor do contrato e da empresa executora, de forma a que se promova a plena execução nos moldes do interesse da própria coletividade.

No caso destas obras objeto do Contrato em destaque, houve atrasos oriundos de reprogramações necessárias e definidas por essa Secretaria e que fugiram totalmente da governabilidade desta REPRESENTANTE.

Mesmo ante a inúmeros pleitos de paralisação da obra para evitar o ônus do pagamento da Administração local, não foi emitida qualquer Ordem de Paralisação, havendo o descompasso entre o cronograma de execução e os valores a serem pagos pela Administração local suportados indevidamente, até o momento, pela REPRESENTANTE.

Impõe ressaltar que, como dito, o descompasso ocorreu sem culpa da REPRESENTANTE, que buscou, inúmeras vezes, desmobilizar a Administração local até que fosse solucionado o problema da ausência de frentes de trabalho e da necessária reprogramação do projeto inicial.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Tais questões são de pleno conhecimento da Secretaria que, no início, permitiu inclusive - como deve mesmo ser - os pagamentos pela Administração local, por ter pleno conhecimento da dedicação dos profissionais destacados para as obras objeto do Contrato nº 008/2015 - SINESP, que permanece a disposição da Secretaria para execução plena dos serviços.

O descompasso entre a manutenção da Administração local e a inexistência de contraordem por parte da Secretaria originou desequilíbrio econômico-financeiro da proposta, que deve ser necessariamente reposto, dada a intangibilidade da proposta econômica da REPRESENTANTE. (...)

Desta forma, não é devido à Administração abster-se de efetuar os pagamentos relativos a Administração local, uma vez disponibilizados a essa Secretaria, sem que tenha havido, até o momento, a correspondente contrapartida.

Apenas para que se possa verificar que o assunto impacta diretamente na execução contratual há bastante tempo, junta-se a presente o Diários de Obra do referido contrato. (...)

O desequilíbrio se verifica quando a REPRESENTANTE mantém os custos com Administração local e a Contratante não aporta a correspondente contrapartida, deixando de remunerá-la, não tendo avisado o particular de eventual interrupção ou suspensão dos serviços e não havendo nenhuma culpa ou responsabilidade do particular pelo episódio.

Verifica-se, portanto, que mesmo que não estivesse previsto no edital ou em contrato, o item Administração local precisaria ser pago - evitando o enriquecimento ilícito por parte da Secretaria, pois é decorrente da lei e do entendimento do Tribunal de Contas da União no caso concreto. (...)

Não há dúvidas, portanto, de que a proposta de preços apresentada pela REPRESENTANTE na licitação é vinculante para essa Administração. E a vinculação, por óbvio, abrange o item Administração local.

Qualquer alteração de conteúdo qualitativo ou quantitativo dela demanda a observância da Lei nº 8.666/1993, em especial dos arts. 58 e 65 já mencionados neste expediente, ou seja, da legislação correlata a que se refere a parte final da "declaração de inexistência de ônus" utilizada pela AJL para firmar o entendimento que assentou.

10. Diante dos fatos apresentados, requer ao Tribunal, especificamente quanto ao Contrato nº 05/2015 - Lote 7, o seguinte:

a) CONHECER da presente REPRESENTAÇÃO, mandando intimar a Jurisdicionada para que, sobre ela, possa se pronunciar;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

b) DETERMINAR à Administração que deixe de proceder a quaisquer glosas relativas ao item Administração local nos pagamentos devidos a esta REPRESENTANTE;

c) DETERMINAR que a Secretaria efetue o PAGAMENTO, no menor prazo possível à REPRESENTANTE, do valor total de R\$ 2.898.970,90 (dois milhões, oitocentos e noventa e oito mil, novecentos e setenta reais e noventa centavos), referente ao Lote 07, a título de indenização pelos serviços devidamente prestados no âmbito do Contrato;

d) DETERMINAR que a Secretaria efetue o pagamento do valor principal, o valor correspondente à atualização monetária até a data do respectivo adimplemento, na forma do artigo 55, inciso III, da Lei nº 8.666/1993.

11. Conforme já expresso nesta instrução, utilizando-se dos mesmos argumentos, requereu, quanto ao Contrato 08/2015 - Lote 18 :

a) CONHECER da presente REPRESENTAÇÃO, mandando intimar a Jurisdicionada para que, sobre ela, possa se pronunciar;

b) DETERMINAR à Administração que deixe de proceder a quaisquer glosas relativas ao item Administração local nos pagamentos devidos a esta REPRESENTANTE;

c) DETERMINAR que a Secretaria efetue o PAGAMENTO no menor prazo possível à REPRESENTANTE, do valor total de R\$ 4.972.949,48 (quatro milhões, novecentos e setenta e dois mil, novecentos e quarenta e nove reais e quarenta e oito centavos), referente ao Lote 01, em razão dos fundamentos aqui indicados, sob pena de enriquecimento sem causa da Administração;

d) DETERMINAR que a Secretaria efetue o pagamento do valor principal, o valor correspondente à atualização monetária até a data do respectivo adimplemento, na forma do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

artigo 55, inciso III, da Lei nº 8.666/1993”.

Ao proceder ao exame de admissibilidade da Representação última representação da **JM TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA**, quanto ao atendimento dos pressupostos indicados nos incisos I a IV do § 2º do art. 230 do RI/TCDF, a Unidade Técnica entende que a matéria não possui enquadramento nas competências do Tribunal. No entanto, destaca que a questão fora discutida em fase anterior, tendo o TCDF conhecido das representações iniciais, ainda pendentes de exame de mérito.

Em razão disso, entre outras propostas, sugere ao Tribunal conhecer das representações formuladas pela empresa **JM TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA**. (peças 30 e 33), bem como determinar à Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se sobre os novos fatos representados.

VOTO

Como visto, cuidam os autos do exame de representações formuladas pela empresa **JM TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA. – JM**.

Em fase anterior, o Tribunal tomou conhecimento de representações da aludida empresa e determinou à Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF que apresentasse esclarecimentos, conforme **Decisão nº 4.229/2019**.

Em atendimento ao deliberado pela Corte de Contas, a Secretaria de Obras encaminhou informações.

Contudo, antes da análise de mérito das representações iniciais, a **JM TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA. – JM** ingressa com nova Representação neste Tribunal, com outras solicitações.

Nesta fase, cuida-se da análise de admissibilidade.

A **Unidade Técnica**, ao examinar os pressupostos de admissibilidade da Representação em foco, entende que a matéria não possui enquadramento nas competências do Tribunal. No entanto, destaca que a questão fora discutida em fase anterior, tendo o Tribunal conhecido das representações iniciais, ainda pendentes de exame de mérito.

Dessa forma, entre outras propostas, sugere ao Tribunal



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

conhecer também da última representação formulada pela empresa (peças 30 e 33), bem como determinar à Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se sobre os novos fatos representados.

Nos termos regimentais, o Tribunal receberá representações sobre ilegalidades, irregularidades ou abusos identificados no exercício da administração contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades sujeitos à sua jurisdição ou na aplicação de quaisquer recursos repassados ao Distrito Federal, ou por este, mediante ajuste de qualquer natureza.

Como me referi em fase anterior, verifico que, não obstante o claro interesse particular em perceber os frutos de eventual débito a ser pago pelo Erário, as Representações em análise apontam a ocorrência de possível irregularidade/ilegalidade na gestão contratual da Secretaria de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF, a qual tem perfeito alcance pela Corte de Contas, nos termos do art. 1º, inciso V, alínea “d”, da Lei Complementar nº 01/1994.

Dessa forma, a legitimidade postulatória e os requisitos para admissibilidade foram preenchidos nos termos do artigo 230 do RI/TCDF, motivo pelo qual conheço das Representações e entendo necessária a apresentação de esclarecimentos por parte da **Secretaria de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF**.

Diante do exposto, **VOTO** por que o Tribunal:

- I - nos termos do caput do art. 230 do RI/TCDF, tome conhecimento das Representações apresentadas pela empresa **JM TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA. – JM**, peças 30 e 33;
- II - determine à **Secretaria de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF** que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente circunstanciados esclarecimentos quanto às supostas ilegalidades/irregularidades levantadas nas peças referidas no item I supra;
- III - autorize:
 - a) a ciência da Representante, informando-a de que as futuras tramitações destes autos poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush (www.tc.df.gov.br – Espaço do Cidadão – Acompanhamento por e-mail);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

- b)** o envio de cópia das citadas peças à Jurisdicionada para subsidiar o atendimento ao item II;
- c)** o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade – SEGEM para os devidos fins.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 2020.

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA
Conselheiro-Relator